



## O PROTAGONISMO DAS MULHERES CAMPONESAS NA (RE)PRODUÇÃO DAS RESISTÊNCIAS DO ACAMPAMENTO ZÉ MARIA DO TOMÉ/CE

Rafaela Lopes de Sousa<sup>1</sup> ;Camila Dutra dos Santos<sup>2</sup> .

### RESUMO

Diante das atrocidades acometidas pelo agronegócio na Chapada do Apodi/CE, formam-se diversas resistências protagonizadas por camponeses e camponesas que, cotidianamente, enfrentam problemáticas relacionadas à terra, à água, ao ambiente e à saúde. O Acampamento Zé Maria do Tomé, localizado na Chapada do Apodi, e vinculado ao MST, é um *lôcus* de resistência ativa frente ao capital hegemônico materializado pelo agronegócio nesse território. As mulheres do Acampamento são portadoras de uma série de sentidos políticos que se evidenciam a partir de seus depoimentos e engajamento no movimento de luta pela terra, pela água e pela valorização da produção agroecológica na Chapada do Apodi e no Acampamento Zé Maria do Tomé. Objetivamos, neste ensaio, analisar o protagonismo das mulheres do Acampamento Zé Maria do Tomé nos processos de resistência, os quais trazem rupturas com o modelo de produção do agronegócio.

**Palavras-chave:** Acampamento Zé Maria do Tomé; Mulheres Camponesas; Produção Agroecológica; Resistências.

### INTRODUÇÃO

A Chapada do Apodi localiza-se entre os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, compondo a microrregião do Baixo Jaguaribe, no Ceará. Esta região, segundo o IBGE, engloba 14 municípios cearenses: Aracati, Fortim, Itaiçaba, Icapuí, Limoeiro do Norte, Quixeré, Palhano, Alto Santo, Ibicuitinga, Morada Nova, Russas, Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe e Jaguaruana. A Chapada do Apodi tornou-se uma área de forte expansão da fronteira agrícola, destinada à produção do agronegócio, onde foram implantadas diversas empresas nacionais, multinacionais e mesmo de médio porte/locais (SOUSA, 2020).

---

<sup>1</sup> Doutoranda, mestra e bacharela em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará. Membro do núcleo de pesquisa TRAMAS (Trabalho, Ambiente e Saúde/UFC) e do grupo de pesquisa e articulação NATERRA (Campo, Terra e Território/UECE). Também faz parte do Movimento 21 de Abril, movimento social que articula universidade, organizações sociais e povos e comunidades tradicionais da região do Baixo Jaguaribe, no estado do Ceará.

<sup>2</sup> Professora doutora dos cursos de Geografia da Universidade Estadual do Ceará. Coordenadora do NATERRA (Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território/UECE). Coordenadora do LECANTE (Laboratório de Estudos do Campo, Natureza e Território). Também faz parte do Movimento 21 de Abril.

No período de 1980, a Chapada do Apodi viu-se diante da implantação de um dos perímetros públicos irrigados que seriam construídos no estado do Ceará: Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (PIJA), localizado entre os municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré, que garantiria o desenvolvimento de atividades agrícolas (ROCHA, 2013). Isso resultou, dentre outros processos, em um acirramento dos problemas relacionados à questão agrária cearense, historicamente marcada pela concentração fundiária por meio da expulsão massiva dos(as) camponeses(as) do campo.

Formou-se um quadro de desigualdades, expropriações, desterritorialização, conflitos e conflitualidades no campo (FERNANDES, 2004; 2013), principalmente aqueles de cunho econômico, social, ambiental e cultural.

Diante de uma teia de conflitualidades que imergiram na Chapada do Apodi, surgiram diversas formas de resistências forjadas nos territórios que foram invadidos pelas empresas do agronegócio (SOUSA, 2020). Trazemos destaque para um território, vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizado na área do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, denominado de “Acampamento Zé Maria do Tomé”, localizado no município de Limoeiro do Norte/CE.

Nossa aproximação com os movimentos sociais da Chapada do Apodi, a partir de vivências em trabalhos de campo, se tornou expressiva para o início das nossas pesquisas e inquietações acerca das problemáticas que envolvem o agronegócio e as comunidades rurais atingidas diretamente pela chegada dessas grandes empresas. Destarte, faz-se necessário realizar uma análise para além dos problemas advindos com as empresas do agronegócio. O debate trazido neste ensaio parte das formas de resistir no Acampamento, mais especificamente articuladas pelas mulheres deste território<sup>3</sup>. O local em que se situa o Acampamento, é integrado ao capitalismo mundial, a partir da inserção de empresas multinacionais no território e o protagonismo da mulher nesse âmbito se torna de fundamental importância para os processos de luta e resistência contra o modelo imposto pelo neoextrativismo predatório materializado pelo agronegócio (SOUSA, 2020).

Diante de tais questões, este ensaio se justifica e se coloca na busca pela compreensão das situações atuais, pelas análises das transformações que se sucederam no Acampamento Zé Maria do Tomé e os desafios que se formaram para as mulheres deste território, ao resistirem

---

<sup>3</sup> Importante destacar que este ensaio foi construído a partir da dissertação de mestrado de Sousa (2020), intitulada “Acampamento Zé Maria do Tomé, um território de resistência”: territorialidades, conflitualidades e (re)produção camponesa na Chapada do Apodi/CE.

ao modelo hegemônico de produção do agronegócio, buscando (re)produzirem seus modos de vida a partir da produção agroecológica.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Historicamente, a mulher possui papel fundamental nas produções agrícolas. No período neolítico (período este caracterizado pelo cultivo e domesticação de plantas e animais, há cerca de 10 mil anos), as mulheres se dedicavam ao cuidado e à criação dos filhos, além de serem as responsáveis pela produção agrícola, visto que os homens iam caçar ou pescar. Estas preparavam a terra para o plantio, faziam a colheita e armazenavam a produção.

As relações estabelecidas entre mulheres e homens, no âmbito familiar, e a forma como essa é conduzida no cotidiano de vida no campo, perpassado pelas diversas determinações históricas da sociedade, se mostram tão importantes quanto as relações de classe, ao nos depararmos com as discussões das diferenças sociais do campesinato e a sua reprodução social (SILIPRANDI, 2015). Além disso, analisar o papel da mulher brasileira, e as condições as quais estão expostas, requer uma discussão mais focada na realidade de tais mulheres, principalmente por estarmos nos referindo a um país em (des)envolvimento em que a mulher sofre:

[...] o impacto da ação do centro hegemônico do capitalismo internacional, quer no sentido de confiar a mulher nos padrões domésticos de existência, quer dando-lhe consciência, através do feminismo, da necessidade de emancipar-se economicamente. Dado que a sociedade brasileira se encontra e sempre se encontrou em estágio menos avançado, no que respeita à sua constituição enquanto sociedade de classes, em relação às nações que integram o núcleo do capitalismo mundial, os papéis femininos sofreram, aqui, certas mudanças que não encontram explicação convincente se a unidade nacional for tomada como a totalidade inclusiva (SAFFIOTI, 2013, p. 42).

Logo, discutir as relações de gênero faz-se necessário, pois as ações políticas dessas mulheres têm trazido uma interessante teia entre os elementos característicos do ser mulher em um acampamento de reforma agrária, visto que o trabalho da mulher continua a ser visto enquanto algo inferior, invisibilizado ou desconsiderado no âmbito social, econômico e até mesmo familiar.

Consideramos, em uma primeira abordagem, a divisão sexual do trabalho. Segundo Alves (2013):

As análises a respeito das relações sociais de sexo e as relações de classe sempre foram compreendidas de forma antagônica. As primeiras (relações sociais de sexo) são entendidas como “desiguais, hierarquizadas, assimétricas ou antagônicas de exploração e de opressão entre duas categorias de sexo socialmente construídas” (Hirata, 2002, p. 276); as segundas (relações de classe), como um dos componentes da superexploração econômica de homens e de mulheres no trabalho e na sociedade. Ou seja, as expressões “relações de classe ou relações de sexo, antagonismos de classe ou antagonismos de sexo” (Hirata, 2002, p. 276) eram sempre estudadas de forma separada e segundo critérios de importância entre elas. A ‘nova’ abordagem busca contextualizar de modo inseparável, indissociável, as relações sociais de sexo e de classe, permitindo “reconceitualizar o trabalho, dinamizá-lo, a partir da introdução de uma subjetividade efetiva [...] Nesse sentido, podemos compreender de modo mais claro o conceito de divisão sexual do trabalho. A divisão sexual do trabalho, mediada por situações historicamente dadas entre pessoas de sexo oposto, fundamenta-se na ideia da relação antagônica entre homens e mulheres, mas também nas relações de exploração que sofrem os sexos. A “divisão social e técnica do trabalho é acompanhada de uma hierarquia clara do ponto de vista das relações sexuadas de poder” (Hirata, 2002, p. 280). Uma das suas principais características está na destinação primeira, que é situar os homens no campo produtivo e as mulheres no campo reprodutivo, associando aos primeiros as funções com forte valor social, como na esfera política, religiosa e militar (ALVES, 2013, p. 274).

Percebemos, na citação acima, que as hierarquias impostas na sociedade se valoram a partir das questões de gênero<sup>4</sup> e patriarcado<sup>5</sup>. Apesar dos esforços dos movimentos sociais em problematizar tais questões em acampamentos e assentamentos rurais, o cotidiano da mulher no campo ainda é subestimado pela sociedade, uma vez que muitas atividades, exercidas por essas, não se enquadram nas condições de trabalho formal. Em muitos casos, os homens são reconhecidos, principalmente, pelos trabalhos na esfera produtiva, enquanto as mulheres são identificadas no âmbito do trabalho reprodutivo.

---

<sup>4</sup> Segundo Facio e Fries (2005), a origem do conceito de gênero e sua distinção do sexo se deve a partir de “investigaciones em torno de varios casos de niñas y niños que habían sido asignados al sexo al que no pertenecían genética, anatómica y/u hormonalmente (...) la apropiación del término género por parte de la teoría feminista viene directamente de un libro escrito por Stoller titulado “Sex and Gender” en el cual Stoller dice que el género se refiere a “grandes áreas de la conducta humana, sentimientos, pensamientos y fantasías que se relacionan con los sexos pero que no tienen una base biológica” (p. 268). As autoras ainda complementam que “El concepto de género alude, tanto al conjunto de características y comportamientos, como a los roles, funciones y valoraciones impuestas dicotómicamente a cada sexo a través de procesos de socialización, mantenidos y reforzados por la ideología e instituciones patriarcales” (p. 271). Ou seja, o gênero diz respeito às formas sociais que se relacionam com a mulher e o homem, é criada a partir de relações sociais construídas.

<sup>5</sup> Ainda segundo as autoras supracitadas, o patriarcado “Se trata de un sistema que justifica la dominación sobre la base de una supuesta inferioridad biológica de las mujeres. Tiene su origen histórico em la familia, cuya jefatura ejerce el padre y se proyecta a todo el orden social. Existen también un conjunto de instituciones de la sociedad política y civil que se articulan para mantener y reforzar el consenso expresado em un orden social, económico, cultural, religioso y político, que determina que las mujeres como categoría social siempre estarán subordinadas a los hombres, aunque pueda ser que una o varias mujeres tengan poder, hasta mucho poder, o que todas las mujeres ejerzan cierto tipo de poder como los es el poder que ejercen las madres sobre los/las/ hijos/as (...) em el patriarcado, las justificaciones que permiten la mantención del dominio sobre las mujeres tienen su origen em las diferencias biológicas entre los sexos. Estas son leídas em términos de superioridade de um sexo sobre otro (masculino sobre el femenino).” (p. 280). Ou seja, o patriarcado se mantém a partir das relações sociais criadas em que predominam as hierarquias e as dominações do homem sobre a mulher.

Temos que destacar que o trabalho da mulher ultrapassa os vínculos com o trabalho doméstico, isto é, muitas delas realizam outras atividades que envolvem também o campo produtivo, artesanal, etc.

As justificativas que se encontram para classificar as mulheres como “ajudantes” estão vinculadas com o tipo de trabalho que é realizado, que pode ser considerado “leve” ou “pesado”. São traços culturais criados a partir das formas em que a mulher é vista nas sociedades urbanas e rurais, em que o patriarcado ainda é enraizado. Destacamos, contudo, que a presença das mulheres no trabalho produtivo não as exclui de também manterem os cuidados no espaço doméstico.

É nesse processo, que vão se criando uma teia de movimentos sociais, nos quais a mulher é protagonista, visto que a consciência dos processos históricos, aos quais a mulher foi acometida até os dias atuais, estabelecem relação continua com o modo de produção agroecológico que se foi materializando no decorrer dos tempos. Além da busca pela igualdade entre gêneros, a busca pela valorização de seus saberes ancestrais também se firmou enquanto uma das forças motrizes que motivaram as mulheres a lutarem por sua autonomia no campo produtivo. Isto só seria possível a partir do que Shiva (1991) entende de recuperação do princípio feminino, libertando-as dos moldes patriarcais próprios da sociedade moderna, assim destaca a autora:

A recuperação do princípio feminino se baseia na amplitude. Consiste em recuperar na Natureza a mulher, o homem e as formas criativas de ser e perceber. No que se refere à Natureza, supõe vê-la como um organismo vivo. Com relação à mulher, supõe considerá-la produtiva e ativa. E no que diz respeito ao homem, a recuperação do princípio feminino implica situar de novo a ação e a atividade, em função de criar sociedades que promovam a vida e não a reduzam ou a ameacem. (SHIVA, 1991, p. 77).

Os movimentos de mulheres na atualidade se solidificam conforme o reflexo das lutas feministas ao longo da história, que se dão ao longo do século XX (SILIPRANDI, 2015), em que esse movimento se materializou em diversos locais, como universidades, governos, partidos, etc. (SILIPRANDI, 2015).

Nesse sentido, entendemos que o protagonismo das mulheres nos processos de resistência no campo, frente às formas de opressão trazidas pelo patriarcado e pelo capitalismo, evidencia-se em seus esforços de auto-organização, enquanto movimento de mulheres ou integrantes de movimentos sociais variados.

Os movimentos de luta, impulsionados pelas mulheres no campo brasileiro, emergem a partir de 1980, com os processos da luta sindical, a busca pela participação das mulheres em espaços de decisões políticas dentro das organizações, a busca pelo acesso aos direitos

previdenciários e às documentações necessárias para a vida em sociedade (SILVA, 2014).

Ainda de acordo com a autora:

As dificuldades de participação política e de atuação em toda a cadeia do processo produtivo familiar, a burocratização dos programas voltados para as mulheres, bem como as questões ligadas ao acesso à educação e à documentação representam alguns dos desafios permanentes que promovem a opressão das mulheres trabalhadoras, o que é permanentemente reforçado por práticas e costumes sexistas. Essas dificuldades tendem a se agravar com as transformações sociais, ambientais e de trabalho que o campesinato vem sofrendo (SILVA, 2014, p.).

As mobilizações das mulheres trabalhadoras do campo ganham destaque com a década de 1980, momento em que as trabalhadoras rurais puderam ter reconhecimento em seus trabalhos e por isso, os movimentos de mulheres do campo são movimentos mais consolidados, por conter uma maior organicidade e um maior movimento de mobilização (FARIA, 2009).

Segundo Silva (2014):

A partir do avanço no debate sobre feminismo e participação na esfera política, as mulheres camponesas de movimentos sociais têm ampliado o debate sobre as relações sociais de gênero nos últimos anos, incorporando na sua análise cada vez mais o trabalho e as discussões relacionadas às questões socioambientais e territoriais (SILVA, 2014, p. 27).

Portanto, as mulheres sempre estiveram presentes nas lutas e organizações no campo (SILVA, 2014). E concordamos com Siliprandi (2015) pela qual afirma que as mulheres trabalhadoras rurais são as que estão frequentemente presentes nas lutas sociais. É nesse sentido que compreendemos que, as mulheres que vivem no meio rural possuem papel fundamental nas lutas pela libertação no campo produtivo, social, cultural e econômico. Elas são fundamentais para a busca e retorno aos conhecimentos ancestrais, historicamente constituídos em seus territórios de origem, e também desempenham papel relevante na defesa do ambiente, garantindo a segurança e a soberania alimentar da família como um todo.

## 1.2. AS MULHERES CAMPONESAS DO ACAMPAMENTO ZÉ MARIA DO TOMÉ

Na agricultura camponesa familiar, além dos afazeres na casa, as mulheres participam do trabalho nos locais de produção e, muitas das vezes, se responsabilizam pelo quintal, onde podem realizar atividades de cultivo (hortas, pequeno roçado para consumo, transformação de alimentos) e a criação de animais, especialmente aqueles de pequeno porte, destinados ao consumo direto da família (SOUSA, 2020). O trabalho, para estas mulheres, constitui-se como parte de suas identidades, além de tratar-se de tarefas vinculadas à segurança alimentar

delas próprias e de sua família. Segundo informações trazidas pelo MAPA (Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento), no último Censo Agropecuário do IBGE (2006), quase 20% dos empreendimentos rurais do país são dirigidos por mulheres. Em 2006, o percentual de mulheres rurais empreendedoras era de 12%.

Mesmo que a lógica patriarcal não contribua para tornar visível o trabalho realizado pelas mulheres e o conhecimento sobre a história da agricultura invisibilize a sua presença, em termos de direitos e de políticas públicas para a agricultura, a participação e a contribuição delas têm sido importantes. Até hoje, mesmo considerando as relações patriarcais existentes no campesinato, essa proposição se coloca como uma dupla situação a ser superada pelas mulheres em seu reconhecimento como sujeito político: a conquista de direitos em relação à terra, ao trabalho e sua autonomia econômica por um lado, e por outro, o reconhecimento público de sua afirmação enquanto trabalhadoras rurais e de sua participação nos espaços de tomada de decisão, como ocorreu no caso específico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (SILVA, 2014, p. 76).

A atuação das mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra significou um importante passo, para o entendimento de que as mulheres são fundamentais, tanto no campo quanto nos movimentos sociais organizados que lutam pela terra no Brasil. Tal atuação constitui-se na superação da condição social e culturalmente produzida de que a mulher deve ser menos, passando pela libertação e pela construção de suas próprias autonomias, desde a questão dos direitos de documentos pessoais até à participação em discussões coletivas de assuntos políticos, tanto no âmbito familiar como, no caso de acampamentos e assentamentos rurais, isto é, em decisões importantes para o território. Adentramos, aqui, no território dessa pesquisa, o Acampamento Zé Maria do Tomé, no qual a atuação das mulheres camponesas é notória.

Desde o início da ocupação do território do Acampamento Zé Maria do Tomé, as mulheres camponesas têm importante destaque na luta pela terra localizada no PIJA, no qual sempre participaram da organização da ocupação da área do perímetro e algumas estiveram, e estão, presentes nas coordenações (Geral e de Núcleos de Base).

Para além do campo produtivo, visualizamos o papel das mulheres também no campo das lutas sociais; na luta pela terra, na garantia dos direitos, relacionados também à água, saúde e às melhores condições de vida. Logo, acreditamos que essas mulheres possuem o papel de criadoras/transmissoras da cultura camponesa de base agroecológica, expressa pelas atividades sob suas responsabilidades.

### 1.3. “MÃOS QUE CRIAM”: PRÁXIS EMANCIPATÓRIAS DAS MULHERES DO ACAMPAMENTO ZÉ MARIA DO TOMÉ

A imersão com essa temática se deu a partir do contato com o Grupo de Mulheres “Mãos que Criam” do Acampamento Zé Maria do Tomé, criado há três anos, composto por mulheres do Acampamento e colaboradoras externas. O Grupo de Mulheres do Acampamento Zé Maria do Tomé é composto por diversas mulheres deste território, contando, atualmente, com 15 mulheres atuantes.

*O grupo das mulheres surgiu no intuito de falar daquela parte lá da discriminação né (...) eu tentei várias vezes formar esse grupo junto com as menina e não nunca dava certo formar o Grupo de Mulheres pra gente trabalhar os artesanatos e fazer várias coisas pra poder mostrar que aqui dentro não tinha só homi e marginal e sim tinha família (...) muitas mulheres vinham lá na praça do Tomé e ficavam admirada com as coisa que a gente faz aqui. (36 anos, acampada desde 2014).*

O Grupo de Mulheres foi-se consolidando no Acampamento, a partir das demandas internas do próprio território. O Acampamento recebe visitas de diversas entidades sociais, instituições, movimentos, universidades ou mesmo de pessoas que tem a curiosidade de conhecer. Com isto, as mulheres necessitavam de uma maior organicidade para receber os(as) visitantes, o que impulsionou a criação do Grupo de Mulheres (SOUSA, 2020). Inicialmente, pensava-se na organização de mulheres para a recepção de grupos variados que vinham visitar, principalmente no que se refere à alimentação.

Com a maior participação das mulheres nesses processos, o Grupo de Mulheres foi ganhando espaço. À medida que as camponesas se reuniam quinzenalmente para organizar mutirões de limpeza, de alimentação, etc., naturalmente, foram sendo discutidos outros pontos relevantes à construção da visibilidade do trabalho das mulheres no Acampamento, o qual não se resume apenas a cuidar da casa e dos(as) filhos(as). A partir da compreensão que estas mulheres têm de sua importância no Acampamento e em suas casas, com sua família, trilhamos um diálogo com todas elas, que fazem parte do Grupo de Mulheres “Mãos que Criam”. Nesse sentido, após conversas, diálogos e vivências no Acampamento, pensamos em realizar uma oficina que contribuísse com as mulheres deste território e que pudesse nos trazer uma dimensão acerca das formas de produzir e resistir contra os modelos impostos pelo capitalismo e pelo patriarcado.

Trazemos, neste ensaio, o relato da oficina que foi intitulada de “*Tecendo caminhos e saberes: as práticas femininas e seus protagonismos na (re)produção das resistências no acampamento Zé Maria do Tomé/CE*”. Esta foi realizada no período de 22 a 24 de novembro de 2019. Quisemos, através dessa oficina, criar instrumentos que possibilitassem conhecer e visibilizar os saberes das mulheres do Acampamento, afim de contribuir para a autonomia



produtiva de cada uma, além de mostrar que elas possuem papel fundamental na organização das resistências frente às conflitualidades no Acampamento.

A oficina foi organizada com agendamento prévio, partindo também do respeito com o tempo destas mulheres, que é bastante corrido. Nesse sentido, no processo organizativo da oficina, pedimos para que elas definissem os horários para que a equipe pudesse se adequar. Esta oficina baseou-se nas metodologias propostas no “Guia Metodológico da Caderneta Agroecológica”, instrumento político-pedagógico criado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), uma agência de investimentos das Nações Unidas (ONU) que atua também no Brasil, junto com o Programa Semear Internacional e o Grupo de Trabalho (GT) de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Trata-se, inicialmente, de discutir como a sociedade vem, historicamente, negando os saberes ancestrais de povos e comunidades tradicionais, em que “(...) foi e ainda é invisibilizado e/ou desvalorizado, sendo reconhecido como credices, simpatias ou conhecimento de pouca importância” (GUIA METODOLÓGICO DA CADERNETA AGROECOLÓGICA, p.02), além de negar os saberes e práticas das mulheres desses territórios.

Nessa oficina, trabalhamos com o Grupo de Mulheres, mensurando e dando visibilidade ao que é produzido pelas mulheres (produção de alimentos em quintais, produtos beneficiados e artesanatos).

A proposta foi de trazer um olhar contra-hegemônico sobre a economia (mais especificamente das mulheres), em que todas as atividades devem ser consideradas e incorporadas, desde as atividades realizadas para o autoconsumo, até as do trabalho doméstico. Por isto, a caderneta abrange também as práticas não monetárias realizadas pelas mulheres (o próprio consumo, as doações e as trocas), rompendo, assim, com as dicotomias trazidas pelo capitalismo e pelo patriarcado entre trabalho produtivo e reprodutivo.

Contamos com a participação do Grupo de Mulheres “Mãos que Criam”, contabilizando um total de nove mulheres no primeiro dia e sete mulheres (de um total de 15) nos outros dias, todas moradoras do Acampamento Zé Maria do Tomé. Para este momento, dividimos as participantes em equipes para facilitar o monitoramento. Formaram-se duas equipes, uma equipe contendo três mulheres e outra com quatro, e todas tendo o devido auxílio para o preenchimento da caderneta.

**Figuras 01 e 02 - Momento de preenchimento das cadernetas agroecológicas**



Fonte: SOUSA, 2019.

A partir da análise coletiva dos resultados e dos relatos das próprias acampadas, realizamos a contabilidade dos produtos que são vendidos, consumidos, trocados e doados. No quadro 01, podemos observar melhor a pluralidade de coisas que as participantes do Grupo de Mulheres produzem, e que foi destacada no decorrer do preenchimento da caderneta.

#### **Quadro 01 – Relação dos produtos destacados pelas mulheres na oficina**

<b>Produtos vegetais e animais</b>	Caju, acerola, seriguela, cajarana, coco, limão, corama, capim santo, malvarisco, cana-de-açúcar, hortelã, mastruz, graviola, cajá, boldo, jerimum, urucum, manga, feijão, milho, alecrim, cheiro verde, tomate, banana, mamão, cidreira, galinha, porco, boi, vaca, gado, etc.
<b>Beneficiados</b>	Bolos, óleo de coco, cocada, quebra queixo, doces, lambedor, mel, garrafadas, etc.
<b>Artesanatos</b>	Calcinhas, cuecas, blusas, bolsas, tiaras, roupas, bonecas de pano, terços, tapetes, crochês, canetas decoradas, etc.

Fonte: Oficina. Organização: SOUSA, 2019.

As análises e as reflexões a partir da realização desta oficina foram cruciais para finalizarmos a oficina com o compartilhamento de vivências, em que foram destacadas cada modo de vida presente no cotidiano das mulheres e como essas experiências são relevantes no processo de resistência. Foi possível observar que as mulheres atuam no âmbito familiar, a partir do cuidado com os(as) componentes da família e de suas casas, no cuidado com a terra, com a biodiversidade e com o acampamento. Esse cuidado faz parte da afirmação do “ser mulher”, que parte da valorização de seus trabalhos dentro e fora do acampamento, a qual se configura nas territorialidades das mulheres nas atividades agrícolas/agroecológicas e não-agrícolas.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para além do campo produtivo, o Acampamento como território de pesquisa nos levou a visualizar as mulheres também no campo das lutas sociais; na luta pela terra, na garantia dos direitos, relacionados também à água, saúde e às melhores condições de vida. Logo, acreditamos que essas mulheres possuem o papel de criadoras/transmissoras da cultura camponesa, expresso pelas atividades sob suas responsabilidades.

A análise do material obtido na oficina permitiu-nos compor uma teia de entendimentos sobre a forma como essas mulheres pensam seu papel enquanto mães, militantes, coordenadoras, lideranças, dentre outros aspectos, que se revelam na própria resistência ao patriarcado e na oposição ao modelo de produção do agronegócio. Temos, pois, como ponto de partida essas teias de resistências, criadas pelas mulheres.

Diante de tantas conflitualidades, imbricadas na busca pela terra, trouxemos, neste ensaio, as resistências das mulheres no território do Acampamento Zé Maria do Tomé. Vemos, a partir dessa análise, a potência e o protagonismo das mulheres para se apropriarem de espaços usurpado pelo patriarcado. Para tanto, procuramos, com essa pesquisa, evidenciar e dar visibilidades às produções das mulheres camponesas, concretizadas no Acampamento Zé Maria do Tomé, frente às conflitualidades estabelecidas com o agronegócio.

As acampadas possuem identidades que (re)criam vínculos com a terra, com a natureza (colocando-se como parte dela) e (re)constroem a consciência de classe e de lugar. Isso só é possível através das formas de resistência e organização, das práxis, das mobilizações políticas, dos vínculos pessoais, familiares, sociais e culturais. Constatamos que, no processo de produção de base agroecológica das mulheres do Acampamento Zé Maria do Tomé, há, em seu cerne, práxis educativas que envolvem conhecimentos camponeses, populares e feministas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Ana Elizabeth Santos. Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 271-289, 2013.

FACIO, Alda; FRIES, Lorena. Feminismo, género y patriarcado. **Academia: Revista sobre enseñanza del derecho de Buenos Aires**, Buenos Aires, n. 6, p. 259-294, 2005.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: BUTTO, Andrea (Org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: NEAD, 2009. p. 11-28.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antonio (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Territórios: teoria y disputas por el desarrollo rural. **Revista Novedades em Población**, Havana, n. 17, p. 116-133, 2013.

ROCHA, Mayara Melo Rocha. **Das águas que calam às águas que falam**: opressão e resistência no curso das representações da água na Chapada do Apodi/CE. 2013. 230f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas, as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SOUSA, Rafaela Lopes de. **“Acampamento Zé Maria do Tomé, um território de resistência”**: territorialidades, conflitualidades e (re)produção camponesa na Chapada do Apodi/CE. 2020. 217f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2020.

SILVA, Maria de Lourdes Vicente da. **Gritos, silêncios e sementes**: as repercussões do processo de des-re-territorialização empreendido pela modernização agrícola sobre o ambiente, o trabalho e a saúde de mulheres camponesas na Chapada do Apodi/CE. 2014. 364f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

SHIVA, Vandana. **Abrazar la vida**: mujer, ecologia y supervivência. Montevideo: Instituto del Tercer Mundo, 1991.